



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA
ATA N.º 2 DE 26/11/2021

No dia 26 de Novembro de 2021, reuniu, pelas 20:30 horas, no Auditório Municipal de Castelo de Paiva em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do Público.

2. Período da Ordem do dia

- 2.1. Apreciação e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- 2.2. Eleição do Presidente de Junta para representante das Juntas de Freguesia no XXV Congresso Associação Nacional de Municípios Portugueses.
- 2.3. Eleição dos Membros da Assembleia Intermunicipal do Tâmega e Sousa.
- 2.4. Eleição do representante da AM no Conselho da Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES).
- 2.5. Eleição dos representantes da AM na Comissão Municipal de Acompanhamento da Saúde.
- 2.6. Eleição dos representantes das Freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- 2.7. Eleição dos representantes da AM na Comissão Municipal de Trânsito.
- 2.8. Eleição do Presidente de Junta representante na Comissão Municipal de Proteção Civil.
- 2.9. Eleição do Presidente de Junta representante na Comissão Municipal de Educação.
- 2.10. Eleição do Presidente de Junta representante no Conselho Cinegético Municipal.
- 2.11. Apreciação e deliberação da Fixação de Valor do Seguro de acidentes pessoais dos membros dos órgãos autárquicos.
- 2.12. Apreciação e deliberação sobre a continuidade e nomeação de membros do Grupo de Trabalho "O Testamento do Conde de Castelo de Paiva".



2.13. Apreciação e deliberação sobre a adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) e respetiva recomendação de adesão à Câmara Municipal.

3. Intervenção do Público.

Mesa:

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário: António Pedro Maldonado Martins de Carvalho

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

Membros Eleitos presentes na sessão:

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira;
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus;
- António Pedro Maldonado Martins de Carvalho;
- Manuel António da Rocha Pereira;
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas;
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira;
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro;
- Paulo Ramalheira Teixeira;
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade;
- Manuel António Fernandes Mendes;
- António Luis da Costa Esteves;
- Sílvia Raquel Amaral da Cruz;
- António da Silva Pinto;
- Ana Margarida Pinto da Rocha;
- Giselda Martins de Sousa Neves;
- Paulo Carlos Alves Vieira;
- Manuel José Soares Marçal;
- João Luiz da Silva Vieira;
- Ângelo Soares Fernandes;
- Inês Duarte da Silva Martins;
- José Vieira Gonçalves.

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:



Fls. 4

- António da Costa e Cunha;
- Joaquim Luiz Vieira Martins;
- José António Sousa Teixeira, Secretário da JF, em representação da Junta de Freguesia de Sardoura;
- Francisco Manuel Fernandes Silva;
- Carlos Manuel da Silva Moreira;
- Carlos Alberto Moreira da Rocha.

Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José Manuel Moreira de Carvalho, José António Santos Vilela, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho, Liliana Catarina Martins Vieira.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:35 horas.

O Sr. Presidente da AM, nos termos do previsto no n.º 3, do artigo 6.º do Regimento da AM, e no artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação actual, informou a AM que recebeu uma comunicação de renuncia de mandato do membro Carla Margarida Nunes Freitas Vinagre, eleita pelo Partido Socialista, datada de 11 de Novembro de 2021.

A AM tomou conhecimento.

O Sr. Presidente da AM deu nota do seguinte pedido de suspensão de mandato:

- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo Partido Socialista, pelo periodo de 365 dias, nos termos do previsto nos termos do previsto no n.º 2 e 3 - alínea g), do artigo 4.º do Regimento da AM, e do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação actual, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade.

De seguida operou-se a respectiva substituição pelo membro José António da Costa Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida Lei.

Deu nota da comunicação efectuada à Mesa da constituição do GMPSD – Grupo Municipal do PSD, do GMPS – Grupo Municipal do PS e do



GMMPM – Grupo Municipal do MPM – Mudar para Melhor – Vitor Quintas.

1. Intervenção do Público.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para propor à AM que neste período de intervenção do público, apesar de não haver inscrições conforme manda o Regimento, fosse dada a palavra ao público presente que quisesse intervir, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade.

A D.^a Maria Irene Figueiredo Dias Almeida, residente no lugar do Outeirinho, UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que nenhum dos Presidentes da Câmara quisera saber da Boavista para nada.

Referiu que o seu marido e usufrutuário, Viriato Almeida, mesmo doente, fartou-se de apanhar águas que caíam pelo telhado de onde apareciam cobras. Disse que gostava de perguntar ao Dr. Paulo Teixeira, que quando cá vieram os presidentes do Vale do Sousa tinha caído um espelho, peça única, tendo ele dito que ia mandar lá um carpinteiro e até à data em que o seu marido morreu nunca lá apareceu ninguém (pediu várias vezes para lá fazer pequenas obras, mas nunca ninguém terá aparecido). Referiu que o Dr. Paulo Teixeira teve o descaramento de dizer ao seu marido que não era nenhum elefante branco.

Referiu também que o seu marido pedira igualmente para o jazigo, porque chovia pelo telhado, e que até à data que saiu da Boavista nunca fizeram nada.

Disse ainda que relativamente àquele prédio que estava em construção ao lado do monumento, foi dito ao seu marido que a venda daquele terreno revertia a favor da Boavista.

Reiterou que até ao marido morrer não fizeram uma única obra na Boavista e que era o marido dela que tratava de tudo, tendo perguntado o que é que pensam lá fazer?

Disse também que quisera fazer uma central de camionagem no “bom-re-tiro” e que o seu marido, Sr. Viriato Almeida, nunca autorizou.



Informou que agora cortaram aquelas árvores e que gostava ainda de saber em que estado está a “Casa da Boavista”, porque sabia muito bem como a tinha deixado.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que o Dr. Paulo Teixeira, neste momento, é membro da Assembleia Municipal, e não está aqui como ex. Presidente da Câmara, e que é nessa condição que ele poderá, se assim o quiser, responder às questões colocadas pela D.^a Maria Irene.

A D.^a Maria Irene retomou a sua intervenção para dizer que o Dr. Paulo Teixeira tem agora muita coisa com o Dr. Bernardo Alegria. Disse que conhece muito bem o Dr. Bernardo Alegria, e que ele sempre dissera ao seu marido que na altura da compra do usufruto às suas enteadas terá dito que quando ele tomasse posse da “Casa da Boavista” que seria a Câmara Municipal a fazer as obras na casa. Perguntou como é que agora a Câmara Municipal que nem o ónus pôs nem nada, e agora está muito solícita a favor Dr. Bernardo Alegria, cujas relações com o Sr. Conde ocorreram só no seu final de vida?

O Sr. José Adelino Nunes, residente em Gração, UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para agradecer à Assembleia ter-lhe permitido intervir neste período de intervenção do público.

Felicitou todos os membros da atual composição da AM, esperando que desenvolvam o seu trabalho com mérito.

Sobre a “Casa da Boavista”, salientou a vontade do Conde de Castelo de Paiva de nela de criar a “Casa Museu”. Disse que espera que os novos membros do Grupo de Trabalho não tenham medo de visitar a “Casa da Boavista”, ao contrário do que sucedeu com os anteriores membros que não chegaram a lá ir.

Referiu que é altura de mudar, de pensar-se na adesão do concelho à “Área Metropolitana do Porto”, tendo solicitado a criação de uma Comissão para analisar esta situação.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que já houve no passado a discussão sobre a eventual adesão à “Área Metropolitana do Porto”, sendo que nessa altura o executivo em permanência decidiu pela manutenção



Fls. _____

do concelho na “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”. Disse que nesta altura é muito difícil mudar.

Referindo-se à intervenção da D.^a Maria Irene, garantiu que desde que é Presidente da Câmara que nada foi feito na “Casa da Boavista”, porque se trata de um assunto muito sensível. Disse que irá analisar até que ponto a Câmara Municipal se pode substituir aos usufrutuários.

2. Período da Ordem do dia

2.1. Apreciação e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Presente uma informação da Câmara Municipal (DOMA – Divisão de Obras Municipais e Ambiente) sobre este ponto que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

O membro Ângelo Fernandes usou da palavra para dizer que este tema é muito sensível devido ao incêndio de 15 e 16 de Outubro de 2017.

Disse que espera que este plano se concretize, porque muitas vezes fica-se aquém do necessário quando surgem os incêndios.

Perguntou se este plano vai garantir a segurança das Zonas Industriais, dos caminhos rurais, isto é, se tudo o que lá está previsto vai ser cumprido.

O membro Paulo Teixeira usou da palavra para dizer que apesar de todos os formalismos legais terem sido cumpridos, por incrível que pareça, apenas uma pessoa, da freguesia de Fornos, fez um comentário/sugestão no período de consulta pública.

Disse que esperava que este o plano previsse situações como as que passamos do incêndio de 15 e 16 de Outubro de 2017.

Lembrou, por exemplo, que há um caminho com mais de oito metros de largura entre a Quintã e o Remezal, em Sardoura, por onde não passa uma bicicleta (cheio de rebentos de eucaliptos). Deu nota que há algum tempo atrás um veículo dos bombeiros não conseguiu passar nesse caminho para destruir um ninho de vespa asiática que ali foi localizado.

Concluiu, referindo que espera que se faça um levantamento de todos os caminhos intransitáveis do concelho.



O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para, referindo-se à intervenção do membro Ângelo Fernandes, dizer que a floresta será certamente uma prioridade para o executivo municipal.

Disse que, felizmente, algo que já não acontecia desde Março de 2019, irá haver um “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios” aprovado, o que já é um avanço relativamente ao mandato anterior, o que permitirá fazer um bom trabalho.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira, disse que a limpeza dos caminhos tem estado a cargo das Juntas de Freguesia, pelo que o executivo municipal vai chamar à atenção daquelas entidades para que tenham essa situação em atenção. Disse que muitas das vezes o Governo transfere essas responsabilidades para as autarquias, sem que as façam acompanhar do respetivo pacote financeiro, o que torna difícil o combate à proliferação de vegetação.

Deliberação: Apreciado e aprovado por unanimidade o “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”.

2.2. Eleição do Presidente de Junta para representante das Juntas de Freguesia no XXV Congresso Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Deliberação: Eleito como representante efetivo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Sardoura, Francisco Manuel Fernandes Silva, e como suplente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Alberto Moreira da Rocha.

2.3. Eleição dos Membros da Assembleia Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Foram apresentadas as seguintes listas:

Lista A – GMPSD:

1. Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira
2. António Pedro Maldonado Martins de Carvalho
3. Ana Margarida Pinto da Rocha
4. Inês Duarte da Silva Martins

Lista B – GMPS:



1. Manuel António Fernandes Mendes
2. José Vieira Gonçalves
3. Giselda Martins de Sousa Neves
4. Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro

Lista C – GMMPM:

1. Jorge Humberto Castro Rocha Quintas
2. Sílvia Raquel Amaral da Cruz
3. João Luiz da Silva Vieira
4. Carlos Alberto Moreira da Rocha

Foi efetuada uma votação por escrutínio secreto, tendo-se registado os seguintes resultados: Lista A – 11 votos, Lista B – 10 Votos e Lista C – 6 votos. Face ao facto de terem votado os Presidentes de Junta de Freguesia, o membro do GMPS, José António Rocha, solicitou à mesa que anulasse a votação porque esta não cumpria a legislação vigente. Após a consulta da legislação, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal repetiu a votação apenas com os membros diretamente eleitos para a Assembleia.

Neste período, os trabalhos foram suspensos a pedido do GMMPM e do GMPS.

Repetiu-se a votação por escrutínio secreto, tendo-se registado em ambas um empate entre a Lista A – GMPSD e a Lista B – GMPS:

A Lista A obteve 8 votos, a Lista B, 8 votos e a Lista C, 5 votos, tendo-se registado zero votos em branco e zero nulos.

Face ao empate registado entre as referidas listas, não foi possível, pela aplicação do método de Hondt, eleger os membros da Assembleia Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

O membro Jorge Quintas pediu a palavra, tendo a Mesa sido alertada pelo GMPS que só poderia usar da palavra para fazer declaração de voto. O membro Jorge Quintas disse então que suspendia a sua intervenção.

2.4. Eleição do representante da AM no Conselho da Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES).

Foram apresentadas as seguintes listas:

Lista A – GMPSD:



1. Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (efetivo)
2. Inês Duarte da Silva Martins (suplente)

Lista B – GMPS:

1. Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro

Lista C – GMMPM:

1. Sílvia Raquel Amaral da Cruz (efetivo)
2. João Luiz da Silva Vieira (suplente)

Da votação, por escrutínio secreto, resultou que a Lista A obteve 11 votos, a Lista B, 10 votos, e a Lista C, 6 votos, tendo-se registado zero votos em branco e zero nulos.

Deliberação: Eleito como representante efetivo o membro Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e como suplente o membro Inês Duarte da Silva Martins.

2.5. Eleição dos representantes da AM na Comissão Municipal de Acompanhamento da Saúde.

Deliberação: A AM deliberou por unanimidade, designar os seguintes representantes da AM na Comissão Municipal de Acompanhamento da Saúde:

- Pelo Grupo Municipal do PSD, o membro Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, efetivo, e como suplente o membro Inês Duarte da Silva Martins.

- Pelo Grupo Municipal do PS, o membro Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro.

- Pelo Grupo Municipal do “MPM – Mudar para Melhor – Vitor Quintas2, o membro Sílvia Raquel Amaral da Cruz (efetivo) e João Luiz da Silva Vieira (suplente).

- Pelo “UCPT – Um concelho para todos”, o membro Paulo Ramalheira Teixeira, (efetivo) e Paulo Carlos Alves Vieira (efectivo).

2.6. Eleição dos representantes das Freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Foi apresentada a seguinte lista (única):

Lista A – GMPSD/GMPS:



Fls. _____

1. Joaquim Luiz Vieira Martins, Presidente da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso

2. António da Costa e Cunha, Presidente da UF de Sobrado e Bairros

Da votação, por escrutínio secreto, resultou que a Lista A obteve 20 votos, tendo-se registado 4 votos em branco e 3 nulos.

Deliberação: Foram eleitos para representantes das Freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais:

- Pela UF da Raiva, Pedorido e Paraíso o Sr. Joaquim Luiz Vieira Martins.

- Pela UF de Sobrado e Bairros o Sr. António da Costa e Cunha.

2.7. Eleição dos representantes da AM na Comissão Municipal de Trânsito.

Foram apresentadas as seguintes listas:

Lista A – GMPSD:

1. Manuel José Soares Marçal

2. Francisco Manuel Fernandes Silva, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Sardoura

Lista B – GMPS:

1. José Vieira Gonçalves

Da votação, por escrutínio secreto, resultou que a Lista A obteve 11 votos, e a Lista B, 13 votos, tendo-se registado 3 votos em branco e zero nulos.

Deliberação: Foram eleitos para representantes da AM na Comissão Municipal de Trânsito os membros José Vieira Gonçalves (GMPS) e Manuel José Soares Marçal (GMPSD).

2.8. Eleição do Presidente de Junta representante na Comissão Municipal de Proteção Civil.

Foi apresentada a seguinte lista (única):

Lista A – GMPS:

1. Ricardo Jorge Mendes Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura.

Da votação, por escrutínio secreto, resultou que a Lista A obteve 14 votos, tendo-se registado 11 votos em branco e 2 nulos.



Deliberação: Foi eleito para representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Jorge Mendes Cardoso.

2.9. Eleição do Presidente de Junta representante na Comissão Municipal de Educação.

Foi apresentada a seguinte lista (única):

Lista A – GMPSD:

1. António da Costa e Cunha, Presidente da UF de Sobrado e Bairros.

Da votação, por escrutínio secreto, resultou que a Lista A obteve 14 votos, tendo-se registado 11 votos em branco e 2 nulos.

Deliberação: Foi eleito para representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Educação, o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, António da Costa e Cunha.

2.10. Eleição do Presidente de Junta representante no Conselho Cinegético Municipal.

Foi apresentada a seguinte lista (única):

Lista A – GMPSD:

1. Carlos Manuel Silva Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Fornos.

Da votação, por escrutínio secreto, resultou que a Lista A obteve 17 votos, tendo-se registado 8 votos em branco e 2 nulos.

Deliberação: Foi eleito para representante das Juntas de Freguesia no Conselho Cinegético Municipal, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Manuel Silva Moreira.

2.11. Apreciação e deliberação da Fixação de Valor do Seguro de acidentes pessoais dos membros dos órgãos autárquicos.

Presente uma informação da Câmara Municipal (Secção de Recursos Humanos) sobre este ponto que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

Deliberação: Deliberado por unanimidade, atualizar as coberturas atualmente em vigor nos termos da proposta apresentada.

2.12. Apreciação e deliberação sobre a continuidade e nomeação de membros do Grupo de Trabalho “O Testamento do Conde de Castelo de Paiva”.

A Mesa da AM apresentou a seguinte proposta:



Fls. _____

“1. Se crie o Grupo de Trabalho “Testamento do Conde de Castelo de Paiva” para dar continuidade aos trabalhos realizados pelo grupo de trabalho criado na Sessão Ordinária da AM de 23 de abril de 2021;

2. O Grupo de Trabalho “Testamento do Conde de Castelo de Paiva” seja composto por um representante da Mesa da Assembleia, por um representante da Câmara Municipal (a indicar por esta), por quatro membros da Assembleia Municipal, um por cada partido/grupo de cidadãos a indicar por estes;

3. Se extinga o Grupo de Trabalho “Os bens e direitos do testamento do Conde de Castelo de Paiva” criado na Sessão ordinária de 23 de abril de 2021.”

O membro Paulo Teixeira usou da palavra para dizer que o “UCPT – Um Conselho para Todos” entende que a Comissão não deve ter continuidade, porque entre a realização da última sessão da Assembleia Municipal e há uns dias atrás, surgiram factos novos. Lembrando que, consultando a ata da dita sessão, a AM, por unanimidade, deliberou que o Comissão devia continuar, ou continuando como entidade a consultar.

Disse que nada tendo a opor à presença na Comissão dos membros Rocha Pereira e Pedro Maldonado, o mesmo não poderemos dizer em relação ao Presidente da Assembleia Municipal cessante, porque na nossa opinião poderá ter omitido alguma informação à Assembleia Municipal e ao Grupo de Trabalho, que vim a descobrir à pouco tempo, e cuja cópia da escritura fez chegar ao Sr. Presidente da AM, onde terá intervindo nessa escritura em representação dos usufrutuários da “Quinta da Boavista”, a filha do antigo Presidente da Assembleia Municipal. É certo, disse, que os filhos não têm nada a ver com a vida dos pais, mas esteve nas Assembleias Municipais em que estes assuntos foram debatidos, e em que o membro Rocha Pereira fez um resumo do que fez o grupo de trabalho e nunca ouviu falar nesta situação, pelo que, pensa que poderá haver aqui um conflito de interesses que não foi mencionado.

Disse também que também houve alguma imprecisão e uma coincidência de datas naquilo que foi dito aqui pelo membro Rocha Pereira relativamente à



[Handwritten signature]

Fls. 9

importância de se fazer o registo de ónus em relação à “Quinta do Outeirinho”, e à afirmação do então Presidente da AM de que já se teria feito o registo, sendo que na mesma semana já poderia ter sido recusado pela Conservatória.

Referiu que todos estes dados que foram comunicados ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendo agradecido a forma célere como responde aos e-mails que lhe tem enviado sobre este e outros assuntos, e os documentos que lhe tem enviado.

Reiterou, novamente, que nada tem a opor quanto à permanência na Comissão dos membros Rocha Pereira e Pedro Maldonado, mas que não podem validar a presença do Dr. Gouveia Coelho, pese embora a AM tenha validado por unanimidade a permanência dessa pessoa. No entanto, disse, a Assembleia Municipal é soberana para criar um novo Grupo de Trabalho.

Perguntou se no âmbito do registo de ónus que foi rejeitado pela Conservatória do Registo Predial de Castelo de Paiva houve algum envolvimento externo, algum parecer jurídico, porque se o houve, a situação ainda poderá ser mais complicada relativamente ao que disse anteriormente.

O membro Rocha Pereira usou da palavra para dizer que não ia comentar a intervenção do membro Paulo Teixeira, porque não importava para aquilo que se estava a discutir.

Deu nota que foi por proposta do Dr. Gouveia Coelho que se criou este Grupo de Trabalho, pelo que o PS não pode deixar de dar continuidade ao que em boa hora foi lançado para tratar este seríssimo problema.

Disse que o GMPS pugna pela criação do Grupo, mudando-se-lhe o nome de “Bens da Quinta da Boavista”, passando para “Testamento do Conde de Castelo de Paiva”, pelo que, não têm nada a opor em relação a este ponto.

Disse que é do entendimento do GMPS que o número de membros propostos para integrar o Grupo de Trabalho é adequado.

Em relação à proposta de extinção do anterior Grupo de Trabalho, disse que é do seu entendimento que cessou automaticamente as suas funções com a



Fls. _____

cessão de funções da anterior Assembleia Municipal. Quanto à questão formal, disse que fica ultrapassada com esta deliberação, sendo que quanto à questão substantiva, muito ainda haverá para falar.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dar nota do conteúdo da proposta da Mesa vertida nesta ata.

Deliberação: A AM deliberou por unanimidade aprovar a proposta da Mesa. Mais deliberou por unanimidade nomear os seguintes membros para constituírem o Grupo de Trabalho:

- 1º secretário da Mesa - António Pedro Maldonado Martins de Carvalho, como representante da Mesa da Assembleia Municipal (que coordena o Grupo);
- Presidente da Câmara Municipal - José Duarte de Sousa e Rocha, como representante da Câmara Municipal;
- Pelo Grupo Municipal do PSD, o membro Carlos Filipe Gonçalves Trindade;
- Pelo Grupo Municipal do PS, o membro Manuel António da Rocha Pereira;
- Pelo Grupo Municipal do MPM, o membro João Luiz da Silva Vieira;
- Pelo UCPT, o membro Paulo Ramalheira Teixeira.

2.13. Apreciação e deliberação sobre a adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) e respetiva recomendação de adesão à Câmara Municipal.

A Mesa apresentou a seguinte proposta:

“1. Aprovar a adesão da AM a e aprovar uma recomendação à Câmara Municipal para que o Município possa aderir à ANAM (nos termos do anexo I).”

O membro Manuel Mendes proferiu, em nome do GMPS, a seguinte declaração de voto:

- “Nós não nos opomos que a Assembleia Municipal pertença a uma Associação, mas temos sérias dúvidas sobre qual será o benefício direto de pertencermos a uma Associação; de qual será o retorno do investimento de 5.000,00/mandato, e que alternativas é que poderíamos ter desses 5.000,00



noutras aplicações para todos os munícipes e não propriamente para uma Associação de Assembleias Municipais.

No entanto, como foi uma iniciativa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, demos o benefício da dúvida e aqui estaremos para analisar se haverá retorno, se há vantagens diretas da aplicação destes 5.000,00 neste mandato nesta Associação.”

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que se todos virem que esta adesão é um desperdício, sem utilidade, poderão deliberar no futuro em sentido contrário.

Deliberação: A AM deliberou por maioria, com 17 votos a favor do GMPSD, do GMMPM e do UCPT, e 10 abstenções do GMPS, aprovar a proposta da Mesa.

3. Intervenção do público.

O Sr. José Adelino Nunes, residente em Gração, União das Freguesias de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que o Sr. Presidente da AM não lhe respondeu à questão que colocou no período inicial de intervenção do público relativa à criação de uma Comissão que analise os prós e contras de uma saída do Município da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” e a adesão à “Área Metropolitana do Porto”.

Disse que se o nosso concelho é o mais atrasado da região, pelo que tem de se fazer qualquer coisa (em 2013, o Dr. Manuel Pizarro mostrou-se favorável à adesão do Município à “Área Metropolitana do Porto”).

Referiu que o Município deveria dar mais importância à “Dolmen” enquanto entidade que promove o rio Douro, porque pode trazer benefícios para o concelho ao nível do turismo.

Recordou a sessão da Assembleia Municipal que se realizou na Raiva após o incêndio de 15 e 16 de Outubro de 2017. Disse que na altura defendeu que se manifestasse junto do Governo a disponibilidade para Castelo de Paiva ser um Município piloto para resolver o problema da floresta.

Sugeriu uma parceria com o exército para abrir caminhos em Gaido, Gondra, Seixo e Gildinho.



Fls. _____

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para esclarecer que não é assim que se transita da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” para a “Área Metropolitana do Porto”.

Informou que há uma nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos, “NUTS”, em que há a “NUTS 3 – Tâmega e Sousa”. Disse que estas “NUTS” foram revistas em 2013, e que os períodos normais de revisão são definidos por normas europeias e por indicação do “EUROSTAT”, não estando neste momento em revisão nenhuma revisão regular, pelo que só poderá ser feita uma revisão extraordinária que obedece a muitos critérios que não são muito fáceis de cumprir. Disse que, contudo, se for esse o entendimento, isso não implica que venha a ser feita essa análise e estudo.

Lembrou que os Paivenses já sufragaram em 2013 que queriam estar na “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, porque havia uma candidatura à Câmara Municipal que defendia a adesão à “Área Metropolitana do Porto” e outra que defendia a manutenção na “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”.

Concluiu, referindo que nada impede que se faça esse estudo, mas que não lhe compete fazer essa proposta de criação de uma Comissão sem ter informação adicional, designadamente, sobre a real possibilidade de isso vir a acontecer.

A sessão foi encerrada às 23:30 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no n.º.3, do artigo 57.º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente,

A 1.º. Secretário,

A 2.ª. Secretária,